

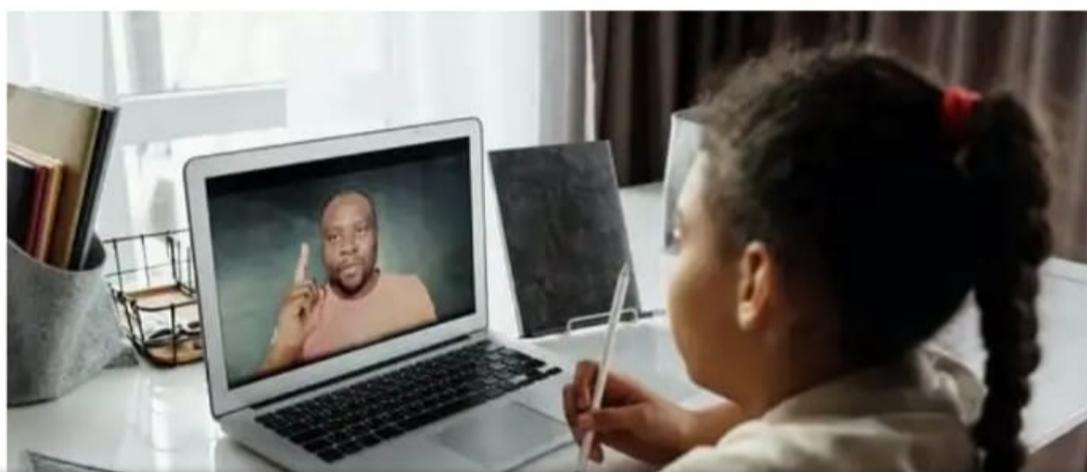
Educação

Sob risco de desemprego, professor se reinventa para que ensino não pare

Alterações em regras trabalhistas e projeto de redução linear de mensalidades ameaçam educadores, que têm se desdobrado para inovar nos métodos e gerenciar sobrecarga de trabalho

Publicado em 26/05/2020 às 14h00

Atualizado em 26/05/2020 às 14h00



Muitos são os desafios impostos aos professores pelo isolamento social, consequência da pandemia de Covid-19. A educação, de forma imediata, passou a ser mediada pela tecnologia e o professor está se reinventando para que o ensino não pare.

O docente teve que desenvolver competências digitais para construir conhecimento com seus alunos, inovar nos métodos e na forma de ensinar, atender as diferentes formas de aprender dos alunos, mediar conflitos e inclusive, preocupar-se, até mesmo, com a segurança digital de seus alunos e de sua imagem.

Com a rotina quebrada abruptamente pelo isolamento social, os professores passaram a trabalhar ainda o desenvolvimento de competências socioemocionais entre os estudantes, levando-os a refletir e externalizar suas emoções.

Como consequências os professores estão sobrecarregados e não podemos também esquecer que cuidam de suas famílias e de seus filhos no acompanhamento escolar. É necessário encontrar recursos semelhantes para que os professores cuidem da própria saúde mental. Pesquisas apontam que a síndrome de "burnout", termo inglês relacionado ao esgotamento físico e mental pelo trabalho, que já acomete profissionais da educação há anos, vem se ampliando e agravando com a "quarentena".

Além deste cenário, o agravamento da crise econômica está impondo mais uma imensa preocupação: o desemprego. A edição de medidas provisórias com fortes ataques aos direitos trabalhistas, em especial ao do professor, sob o pretexto de garantir empregos, e a apresentação de projetos de lei em âmbito nacional e estadual, sem mensurar os impactos sociais e a consequente demissão em massa de professores, são fatores que contribuem fortemente para a desestabilização da categoria.

Caso fosse aprovada a redução linear das mensalidades, o Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Estado do Espírito Santo (Sinepe-ES), em artigo publicado em A Gazeta no dia 9 de maio de 2020, estimou o fechamento da Educação Infantil e do Fundamental I e a consequente demissão entre 8 e 10 mil profissionais da educação, sem contabilizar a perda de empregos indiretos, além da necessidade de criação de 29 mil vagas na rede pública de ensino para absorver os alunos da rede privada que ficarão sem escola.

O Sindicato dos Professores no Estado do Espírito Santo (Sinpro-ES) entende que a redução linear significa que o mesmo desconto das mensalidades, em 30% e 50% para alunos com necessidades especiais, colocarão no mesmo patamar tanto as grandes quanto as pequenas escolas, o que poderá acarretar a falência destas, sendo que também não podemos nos esquecer das inadimplências e do cancelamento de muitos contratos. Enfim, quem terá tranquilidade e segurança para trabalhar neste cenário?

O Sinpro-ES completa, em junho, 65 anos de lutas em defesa dos direitos e conquistas dos professores da rede particular de ensino do Espírito Santo. É um dos sindicatos mais atuantes e que conquistou uma das melhores Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) do país. Mesmo nesta circunstância, obteve recentemente um termo aditivo que estendeu todas as conquistas da CCT até o mês de junho, mantendo benefícios não previstos nas medidas provisórias e que vêm sendo respeitados.

Tomar uma atitude sem medir as consequências imediatas pode custar caro.

O autor é professor e presidente do Sindicato dos Professores no Estado do Espírito Santo (Sinpro-ES)

Veja Também

Home office pode reter oferta de empregos em cidades pequenas

